



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 041/042

CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 11/12 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

SESSÃO 041	02
Lista de presenças.....	02
Abertura da Sessão.....	02
Expediente:	
Requerimentos	03
Pequeno Expediente (Reservado ao PROCON):	
Sr. Algaci Tulio (Coordenador do PROCON)	03
Grande Expediente (Reservado ao IBAMA)	
Dr. Marino Elígio Gonçalves (Superintendente do IBAMA).....	07
Interpelações:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	09
Dep. Marcos Isfer	10
Dep. Hermas Brandão.....	11
Dep. Ângelo Vanhoni.....	13
Dep. Rafael Greca.....	14
Dep. Valdir Rossoni	15
Dep. Jocelito Canto.....	16
Dep. Cleiton Kielse.....	20
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação	22
Requerimentos	22
Encerramento da Sessão.....	22

SUMÁRIO

SESSÃO 042	22
Lista de presenças.....	22
Abertura da Sessão.....	23
Expediente:	
Requerimentos	23
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação	23
Discussão Única (Proposição)	23
Encerramento da Sessão.....	25

041ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE MAIO DE 2005**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Marcos Isfer e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (41). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elza Correia, Luiz Accorsi e Ratinho Júnior (06). Achando-se em viagem representativa os seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, José Maria Ferreira e Luiz Nishimori (07).

Abertura da Sessão Ordinária:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário destaque para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 209/2004, 008/2005 e 043/2005, itens 05, 14 e 16 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1322

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01, 02, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão (Proposições de Veto 066/2004, 016/2005, 025/2005 e 029/2005 respectivamente).

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário antecipação da Sessão Ordinária do dia 12 de maio (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 11.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Pequeno Expediente (Reservado ao PROCON):

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme requerimento aprovado, no Pequeno Expediente e no Grande Expediente de hoje, teremos inicialmente o nosso companheiro, o sempre querido Deputado Algaci Tulio, hoje no PROCON, por dez minutos; e posteriormente, atendendo um convite desta Casa, o Superintendente do IBAMA no Paraná, Dr. Marino.

Com a palavra o nosso companheiro Algaci Tulio.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Quero comunicar V. Exa. que estamos interinamente hoje na Liderança do Governo, substituindo o Deputado Dobrandino.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa.

Com a palavra o Sr. Presidente Algaci Tulio.

Sr. Algaci Tulio (Coordenador do PROCON)

O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, curitibanos, paranaenses que prestigiam esta Sessão.

Saibam da alegria, da satisfação e ao mesmo tempo um misto de frustração também ao ocupar esta tribuna provisoriamente hoje e não estar aqui cotidianamente como fazia nos últimos dezesseis anos que fui Parlamentar desta Casa.

Venho a esta Casa a pedido do Deputado Pastor Edson Praczyk, nosso companheiro, grande Parlamentar desta Casa, que sensível às causas da defesa do consumidor, encaminhou-me um ofício aprovado por esta Casa, para que aqui viéssemos falar dos quinze anos do Código de Defesa do Consumidor, comemoração feita no último dia de 15 de março em todo o País.

(Lê):

“O consumidor é o elo mais fraco da economia; nenhuma corrente pode ser mais forte do que o seu elo mais fraco.” Henry Ford

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Pastor Edson Praczyk, pela oportunidade de aqui estar e fazer uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária desta Casa para falar sobre o Código de Defesa do Consumidor e sobre a atuação do PROCON-PR, órgão que tenho a honra de coordenar desde o início de 2003, órgão que tem a confiança e a credibilidade da população, em função do trabalho que efetua, atendendo, de forma gratuita, os consumidores de todas as classes sociais, para resolução dos inúmeros problemas que acontecem na relação de consumo.

Vale lembrar que o ano de 2005 marca os 15 anos do Código de Defesa do Consumidor. A Lei Federal nº 8.078 é de 1990 e passou a vigorar em março de 1991, trazendo inovações significativas para a vida dos fornecedores e consumidores e passou a ser um instrumento para a resolução de conflitos. O Código de Defesa do Consumidor é uma lei de ordem pública e uma das mais avançadas e rigorosas do mundo - cuja utilização é obrigatória e que coloca a relação de consumo de forma mais abrangente do que simples atos de compra ou venda ou mesmo da contratação de um serviço.

Ela destaca direitos e deveres das partes, num exercício de cidadania de cada indivíduo. O Código reconheceu e detalhou os direitos básicos do consumidor, criou normas específicas para a responsabilidade civil do fornecedor, inverteu o ônus da prova, dispôs sobre a publicidade, estabeleceu mecanismos para o controle das condições dos contratos, instituiu instrumentos para a

defesa do consumidor. É uma lei voltada para a prevenção e reparação.

Mola propulsora do processo econômico, o consumidor, no entanto, ainda é hipossuficiente, isto é, ele é a parte mais frágil da relação de consumo. Muitas vezes, está em posição desfavorável diante do fornecedor. O CDC, como é chamado, busca a harmonização e o equilíbrio dessas relações. Graças a ele, houve, sem dúvida, um avanço na qualidade dos produtos e serviços ofertados no mercado. A indústria nacional, só para citar, em razão dos avanços obtidos por meio das determinações do CDC, está hoje preparada, e bem preparada, para enfrentar a concorrência internacional, com produtos de qualidade. Além disso, a sociedade despertou para a cidadania. Isto é muito bom, pois somos todos consumidores.

Mas a aplicação do Código ainda não é uniforme. O cidadão, apesar de estar protegido e saber que pode buscar órgãos como o PROCON, para defendê-lo, ainda tem pouca informação para garantir seus direitos.

Em relação à década de 90, no entanto, vemos que houve um avanço. Hoje o cidadão está disposto a lutar para que seus direitos sejam respeitados. Ele descobriu a importância de ser exigente. Quero aqui fazer um elogio ao papel da mídia, fundamental para esta conscientização, dedicando cada vez mais espaço para que a voz do consumidor seja ouvida.

Também podemos observar que a relação consumidor-fornecedor melhorou consideravelmente. Atualmente, muitos empresários têm buscado não apenas o cumprimento do Código, mas, principalmente, a satisfação do cliente, interagindo com ele. Para muitos, o consumidor deixou de ser uma pessoa que compra um produto ou serviço uma única vez. E o consumidor, por sua vez, está em busca não apenas de preços e prazos, mas de um bom atendimento, qualidade, informação, inovação e diálogo. Isto quer dizer que o respeito é o combustível essencial para manter a fidelidade do consumidor e os fornecedores não podem se esquecer disso.

O Código de Defesa do Consumidor ampliou a atuação do cidadão, pois é um instrumento de incentivo à sociedade civil para que se organize na proteção e defesa de seus direitos. Foi assim que surgiram e estão sendo criadas entidades de proteção de consumidor em todo País. Por outro lado, o Estado se dedica à tarefa de elaborar uma política do consumo capaz de atender aos anseios da população. É com esse objetivo que foram criados os PROCON's por todo o País. Existem PROCON's estaduais e municipais. O do Paraná, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, foi criado em 23 de julho de 1991, pelo Governador Roberto Requião em sua primeira gestão. Hoje está vinculado à Secretaria da Justiça e da Cidadania, que tem como titular o advogado Aldo José Parzianello. É este órgão que evidencia a política social do atual Governo. São em média seiscentas pessoas diariamente que buscam o Governo do Estado - via PROCON - para exercer um direito fundamental. O

órgão coloca à disposição do cidadão uma estrutura logística, jurídica e humana. A nossa intenção tem sido a de derrubar barreiras e facilitar o acesso do consumidor ao órgão, buscando maior rapidez na solução dos problemas.

O nosso desejo é de que haja sempre a conciliação entre consumidores e fornecedores e que o entendimento e a boa vontade prevaleçam, evitando-se o desgaste de uma longa demanda.

Desde o início da minha gestão, em janeiro de 2003, o PROCON-PR já atendeu cerca de 250 mil consumidores. Os atendimentos são registrados efetuados por telefone, pessoalmente, e-mail e carta. Os problemas com "Serviços" são os mais reclamados, principalmente em relação à telefonia fixa-celular e os serviços financeiros (bancos, cartões de crédito e financeiras) também integram a lista.

Em 2004, houve um recorde de atendimentos desde a criação do órgão, em 1991. Foram 122.167 registros, isto é, um aumento de mais de 50% em relação ao ano anterior e bem distante das 13.810 queixas iniciais da inauguração do PROCON.

A mudança para o "Espaço da Cidadania", local amplo e central, sito à Alameda Cabral 184, esquina com a Rua Cruz Machado, possibilitou, pela facilidade de acesso, a duplicação do número de atendimentos pessoais, com uma média de 240 consumidores/dia. Novos equipamentos contribuíram para modernizar o sistema e dar respostas mais rápidas ao consumidor.

Ações Coletivas em benefício dos consumidores

- Sul América Capitalização S/A - propaganda abusiva;
 - Sul América Seguro Saúde e Bradesco Seguro Saúde - aumentos abusivos;
 - URBS - reajuste da passagem de ônibus em Curitiba;
 - Clube Atlético Paranaense - impedindo o aumento de 100% no valor dos ingressos;
 - Fórmula Um Empreendimentos Imobiliários - propaganda enganosa;
 - Diversas instituições bancárias - pagamento de contas sem multas e devolução dos valores pagos a mais em razão de greve;
 - Empresas de transporte rodoviário interestadual - passagens gratuitas (artigo 40 do Estatuto do Idoso);
 - Merck Sharp & Farmacêutica Ltda - distribuidora do medicamento Vioxx, dando a posse das embalagens do remédio, notas/cupons fiscais aos usuários, para a devolução do valor pago e possível ação de indenização.
- Multas por infrações ao Código de Defesa do Consumidor**
- Falta de Segurança no Estádio - Clube Atlético Paranaense, no valor de R\$ 100 mil;
 - Descumprimento do Estatuto do Torcedor - Multas à CBF e à Federação Paranaense de Futebol - R\$ 50 mil cada entidade;

- Propaganda abusiva em embalagens de salgadinhos que induziam o consumidor ao consumo de bebida alcoólica - Elma Chips - no valor 2 milhões de reais e Lucky - 1 milhão de reais;

- Indução ao consumo de bebida alcoólica em pacotes de pipoca comercializados em cinemas - CINE-MARK, cerca de 300 mil reais;

- Propaganda irregular de defensivos agrícolas - MONSANTO - 1 milhão de reais;

- Aplicação de índice de aumento superior ao autorizado pela Agência Nacional de Saúde aos planos de saúde anteriores de 1999 (Sul América e BRADESCO - 800 mil reais cada uma delas;

- 1.500 multas aplicadas à Brasil Telecon, média de 350 reais por multa, em razão de diversas infrações;

- Diversos bancos e financeiras.

Fiscalização

Foram 985 as ações fiscais realizadas em diversos estabelecimentos e postos de gasolina, com a emissão de 159 autos de infração e 148 autos de constatação. Participação ativa em todas as Operações-Verão e desenvolvidas, também, ações no Litoral e Curitiba, em conjunto com o IPEM-PR/SESP. Às equipes de fiscalização do PROCON-PR também atuam em diversos Municípios do Estado, a pedido das coordenadorias municipais.

O PROCON já deu início a uma fiscalização da qualidade da água, em um trabalho reunindo a Vigilância Sanitária, Departamento Nacional de Produção Mineral e Ministério do Trabalho no sentido de verificar o produto que está sendo consumido pela população e o cumprimento das normas legais a que se submetem as envasadoras de água mineral. Estamos fazendo há um mês fiscalização nas próprias empresas, a maioria delas situadas na Região Metropolitana de Curitiba.

O PROCON tem feito também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, palestras em escolas, universidades, entidades de classe e empresas; publicações do Código de Defesa do Consumidor, o Informativo PROCON, “folder” sobre as atividades do PROCON, o Estatuto do Torcedor, cartaz sobre o meio-ingresso para o estudante que foi também uma causa boa levantada por nós do PROCON, estabelecendo o direito de o estudante pagar o meio-ingresso em campo de futebol, em sessões no Teatro Guaíra, nos cinemas, enfim, fazendo realmente prevalecer o direito do estudante e acima de tudo, do cidadão com mais de sessenta anos de idade.

Com o objetivo de orientar o consumidor, no período foram realizadas cem pesquisas de preços de diversos produtos e serviços, em várias áreas, à defesa do consumidor.

A atuação do PROCON resultou em melhor atendimento por parte da Brasil Telecon, com a abertura de escritórios de atendimento da operadora em Curitiba, para acabar com a massificação de 0800, em que o cidadão do Paraná tem que ligar para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para fazer uma reclamação de qualquer problema de telefonia, aqui. Chamamos a operadora para

uma conversa no PROCON, estabelecimentos normas, exigimos a abertura de escritórios em Curitiba, para atender diretamente no olho a olho o cidadão. Hoje, a Brasil Telecon tem duas lojas em Curitiba, que atendem diretamente o consumidor e não apenas para vender o seu produto.

O PROCON tem participado também nas reuniões que envolvem a questão de outros assuntos, aqui, nesta Casa, na última quinta-feira. Nós estivemos aqui na Comissão de Defesa do Consumidor, que é presidida pelo Deputado José Domingos Scarpellini, onde pudemos fazer um debate com a ANATEL, em relação à questão da telefonia e trazendo ao Parlamentar Scarpellini subsídios para uma reunião em que ele deve participar amanhã, em Brasília, na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal. Acho que foi muito importante. Na mesma ocasião também entregamos ao Deputado Scarpellini uma proposta de alteração à Lei 13.400, aprovada por esta Casa, em 2001, que trata do tempo de espera na fila bancária. Os senhores já devem ter experimentado esta experiência, de ficar em uma fila bancária aguardando para ser atendido. A lei fala nos vinte minutos, em dias normais e trinta minutos antes e após o feriadão. No entanto estão lá dez guichês e apenas dois ou três sendo ocupados por funcionários de bancos.

Se levarmos em consideração, Srs. Parlamentares - e aí pelo o empenho desta Casa, Sr. Presidente, para a aprovação da emenda que modifica a Lei 13.400 que foi aprovada por esta Casa. Se considerarmos que os bancos esvaziaram e desempregaram funcionário, mantendo os bancos 24 horas, tendo as casas lotéricas que atendem, as Empresas de Correios e Telégrafos que atendem também o serviço bancário, algumas lojas recebendo alguns tributos. Entendemos que houve um grande esvaziamento do cliente entrando na agência bancária, mas, em função da diminuição do número de funcionários, as filas aumentam cada vez mais.

Peço a gentileza dos Srs. Parlamentares que se aprofundem nesta alteração da Lei 13.400. Vejam a situação difícil para o PROCON: não temos uma grande equipe de fiscais, mas para eu obedecer à lei estadual votada em 2001, tenho que mandar um fiscal do PROCON, seis vezes a uma agência bancária. Não vou multar a matriz, vou multar aquela agência que está infringindo o código. Ele tem que ir seis vezes conferir, para ver se tem cliente passando de vinte minutos na fila de espera para ser atendido. Somente na sétima ocasião é que vou aplicar uma multa. A lei beneficia extraordinariamente o banqueiro e não o cliente bancário! Esta Casa precisa corrigir essa deficiência, Deputado Praczyk. Por isso, espero contar com a colaboração de todos, para esta alteração. O projeto foi entregue na Comissão de Defesa do Consumidor. Logo deverá vir à Casa, para ser discutido e certamente aprovada esta lei.

Para concluir, Sr. Presidente, temos, em relação à telefonia, outros assuntos que estamos discutindo, porque é, sem dúvida alguma, o “calo” do PROCON, o problema

maior que a população brasileira enfrenta hoje a questão da telefonia. A privatização possibilitou a entrada no mercado de empresas que não estavam preparadas para atuar na telefonia e esta Casa mesmo é testemunha, quando aqui tivemos duas CPI's tratando do assunto telefonia e onde nós verificamos uma série de falhas e erros. A terceirização na área da telefonia possibilitou uma série de fraudes, de falhas constantes em prejuízo do consumidor e é por isso que temos batido muito nesse assunto.

Então, também temos feito vários termos de ajustamento com várias entidades.

Enfim, o PROCON, acredito eu, tem desenvolvido um trabalho a contento, apesar de ter uma estrutura pequena e isso já vem do tempo da sua criação - nós trabalhamos com dificuldades na questão de material humano, mas os que lá estão e que aqui me acompanham são testemunhas do trabalho que fazemos. Quem trabalha no PROCON tem amor ao órgão e tem um respeito muito grande ao consumidor. É isso que me dá um orgulho muito grande de hoje estar ocupando essa função de Coordenador Estadual, podendo orientar mais de quarenta PROCON's espalhados pelo interior do Paraná.

E aproveito já também para pedir mais uma vez aos Parlamentares que incentivem os Prefeitos a criarem os PROCON's municipais. Uma pequena estrutura já estará dando possibilidade ao munícipe - do município mais longe - ter a oportunidade de reclamar o seu direito que é sagrado, a exercer o seu papel de cidadania. Os Srs. Parlamentares não sabem o quanto é gratificante, em meio a seiscentas reclamações diárias, você poder resolver quase 60% delas. Ver a satisfação do consumidor em dizer: graças a Deus tem um órgão que me defende.

E não é só o PROCON! Existem organizações não governamentais, como IBEC, o Ministério Público da Promotoria de Defesa do Consumidor, que são órgãos também vinculados a esse trabalho todo da defesa, a ADOC, a Associação de Defesa do Consumidor, a cujo criador e pioneiro quer fazer uma homenagem neste momento, jornalista Arnaldo Cruz, editor da Gazeta do Povo, que foi o pioneiro há quarenta anos, quando ele falava em defesa do consumidor e era uma coisa que ninguém sabia o que era exatamente no Brasil. E ele criou a ADOC, a Associação de Defesa do Consumidor, que é, sem dúvida alguma, um grande exemplo para todos nós, paranaenses.

Então, queria neste momento agradecer a atenção dos Srs. Parlamentares, a paciência em me acompanhar neste meu depoimento, neste meu esclarecimento, trazendo aqui uma satisfação à sociedade paranaense e usando especialmente este fórum que representa aqui, nos 54 Parlamentares, o anseio da população dos 399 municípios do Paraná. Dizer que o PROCON do Paraná vai muito bem, obrigado! Está à disposição de todos e queremos, cada vez mais, atendendo à política do Governador Roberto Requião, do Secretário Aldo José Par-

zianello, poder fazer cada vez mais o exercício da cidadania prevalecer em defesa do nosso consumidor.

Muito obrigado, Deputado Praczyk, pela oportunidade que me dá de vir aqui, em nome do PROCON, falar a este Plenário!

Obrigado, Deputado Scarpellini por ter me recebido em sua Comissão e frontalmente atendido nossos apelos, transformando uma sugestão nossa em projeto de lei, em emenda, a Lei nº 13.400.

E quero também, já de antemão, alertá-los que nos próximos meses deverá chegar a esta Casa um projeto de lei criando o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor. E nós precisamos, urgentemente, fazer valer as multas que nós aplicamos, com a criação do Conselho de Defesa do Consumidor, para que elas sejam realmente pagas pelos fornecedores, para que possamos transferir esses valores para atender os PROCON's do interior do Paraná na questão do reequipamento.

Muito obrigado, senhores! Uma boa Sessão aos Srs. Parlamentares e obrigado, em nome do PROCON!

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a presença do companheiro, nosso ex-Deputado. É uma satisfação muito grande estar aqui, porque você deixou muitas saudades aqui, você tem que voltar para cá, viu, companheiro, porque quantas vezes nós não ouvimos mais a sua voz aqui nesta grande tribuna.

Muito obrigado e parabéns pelo seu trabalho, e também, na oportunidade, Sr. Presidente, quero registrar a presença do Vereador Joel, companheiro da nossa querida Cidade de Mariluz.

Muito obrigado!

O SR. ALCI TULIO

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, nesta oportunidade, não poderia deixar de falar, cumprimentar o Deputado, sempre Deputado Algaci Tulio que aqui está engrandecendo o nosso Plenário, a nossa tribuna, e lá no PROCON procurando, com seu trabalho e eficiência, fazer justiça com os consumidores do Paraná. E nós amanhã estaremos em Brasília para tratarmos dos assuntos que previamente estão estabelecidos, que é o setor de telefonia, enfim, assinatura básica, inclusive vai ser uma das grandes discussões amanhã em Brasília, Deputado Algaci, e queremos dizer que a Assembléia Legislativa do Paraná se sente muito honrada com a sua presença, novamente, aqui hoje.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós queremos cumprimentar, Deputado Algaci, a sua vinda a esta Casa. É uma satisfação recebê-lo aqui novamente. Você que foi um companheiro, indistintamente de questões partidárias, um companheiro amigo, leal, de todos os Parlamentares que passaram por esta Casa e que estão nesta Casa. E, conforme o Nelson falou, o nosso Deputado Nelson Garcia, nós aguardamos o seu retorno, com certeza, para que possa continuar o belíssimo trabalho que você sempre fez nesta Casa.

Nossos cumprimentos!

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado!

Sr. Presidente, eu fico muito honrado. Obrigado pelas manifestações e estamos inteiramente à disposição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos anunciar a presença do Presidente da Câmara de Andirá, Gilmar Leonardo; do Vereador Mineirinho do Ouro, de Andirá; do Vereador Valdir - de Marechal Cândido Rondon.

As nossas boas-vindas aos ilustres Vereadores.

O SR. LUIS FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB)

Sr. Presidente, eu queria registrar a presença do Presidente da Câmara de Saudade do Iguaçu, Irineu Peruzzo.

Grande Expediente (Reservado ao IBAMA):

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a presença dos ilustres Vereadores.

Com a palavra o nosso convidado, Sr. Marino - Superintendente do IBAMA, que atendendo prontamente o convite desta Casa está aqui hoje para falar sobre os parques que devem ser criados no Paraná. E se V. Exa. concordar, posteriormente à sua colocação, deixar que os Deputados possam questionar, fazer-lhe algumas perguntas.

Dr. Marino Elígio Gonçalves (Superintendente do IBAMA)

O SR. MARINO

Boa-tarde, Presidente Hermas.

Agradeço profundamente o convite que a mim foi feito; aos nossos Parlamentares aqui presentes; aos amigos do IBAMA; aos representantes da sociedade como um todo; sociedade civil; a nossa assistência de hoje nesta tarde, e aqueles que também nos ouvem e nos assistem em suas casas.

Recebi o convite para, em nome do IBAMA, em nome do Ministério do Meio Ambiente, e do Governo do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esclarecer alguns pontos sobre a proposta do IBAMA na criação das unidades de conservação aqui no Estado do Paraná.

É importante também que façamos um resgate, uma retrospectiva desse ato que está culminando agora com a criação das unidades de conservação. No ano de 2000, um estudo demonstrou que a floresta com araucária (que não só tem araucária, tem outras espécies da flora brasileira, a imbuíra, a canela, são exemplares), estava reduzida a menos de 1% do que foi a sua cobertura original no Estado do Paraná. Esse mesmo estudo em 2000 também revelou que os Campos Gerais estavam reduzidos a menos de meio por cento do que era antes. Isso fez com que o Governo, no ano de 2002, editasse, através do Ministério do Meio Ambiente, as Portarias conhecidas como a 507 e 508, que estabeleceram ali as áreas que seriam prioritárias para a criação de unidades de conservação, justamente para contribuir que esses ecossistemas, Araucária e dos Campos Gerais não fossem extintos.

Em 2003 o Ministério do Meio Ambiente cria o Grupo de Trabalho das Araucárias Sul, em que reúnem representantes da sociedade civil, dos setores produtivos, órgãos oficiais, tanto do Governo Federal quanto dos Governos estaduais.

E esse GT Araucária discute a problemática das araucárias e também tem o dever de propor formas para que esse ecossistema não se extinga. Fruto de deliberação do GT Araucária Sul, criou-se a força-tarefa, composta por dezesseis membros, dezesseis entidades, desde o Governo Federal, Governo Estadual e também representantes da sociedade civil. Essa força-tarefa tinha obrigação, por conta do dever que foi garantido e foi lhe passado pelo GT Araucária, o Grupo de Trabalho da Araucária Sul tinha o dever de vistoriar as áreas que foram estabelecidas nessas portarias para verificar a sua condição e a partir daí, então, estabelecer a possibilidade de se tornarem uma unidade de conservação. Essa força-tarefa, a partir de 2003, mas com maior ênfase em 2004, percorreu todas as áreas definidas, tanto no Estado do Paraná quanto em Santa Catarina. Foram 41 mil quilômetros percorridos, que se pudéssemos fazer uma comparação, daria para dar a volta no planeta Terra, atrás das araucárias e foi isto mesmo que se buscou. Teve que se correr atrás das araucárias, porque estava muito difícil de encontrá-las - é uma triste realidade.

Em 2005 este trabalho se encaminhou para o seu final e a partir daí então foi proposta a criação do Estado do Paraná, de cinco unidades de conservação, e no Estado de Santa Catarina, três unidades de conservação.

E o ato derradeiro desse processo são as consultas públicas. No Estado do Paraná foram realizadas consultas públicas nas cidades de Imbituva, Ponta Grossa, Tuneiras do Oeste e Palmas. Nas três primeiras cidades, Imbituva, Ponta Grossa e Tuneiras do Oeste as consultas públicas se realizaram de forma tranqüila, embora com a tensão que possa existir numa audiência pública, mas se realizou dentro de um nível de discussão muito bom em que se

pôde esclarecer à comunidade e também pôde-se pegar ali as propostas que a comunidade trouxe a essas consultas públicas.

Em Palmas, infelizmente, esta reunião não pode ser concluída. Enfim, a comunidade de Palmas ficou sem um espaço para consulta, sem um espaço para informação, sem um espaço para apresentação da sua proposta, embora a consulta pública seja esse instrumento que a lei estabeleceu justamente para isto, para que a comunidade seja cientificada dos propósitos que o Governo Federal está apresentando e também na sua consulta ela possa trazer ali alguns elementos que poderiam ajudar na conclusão desse processo ou mesmo propondo ampliação, propondo redução, enfim, propondo um novo traçado, ampliando toda aquela unidade, aquela proposta.

E o importante é que o regime da consulta pública é registrado, ele é televisado, todo ele registrado em fitas e é colocado no processo. Esse processo, concluído com as consultas públicas, segue à Ministra do Meio Ambiente que analisa a pertinência da criação das unidades de conservação e a partir daí encaminha para o Presidente da República que é quem vai baixar o decreto de criação das unidades de conservação.

Gostaria de relatar que nas consultas públicas de Imbituva, Ponta Grossa e Tuneiras do Oeste, ocorreu um debate muito importante e que em duas delas ocorreu também o pedido, a solicitação de que houvesse a ampliação das áreas, que seja a reserva biológica de Tuneiras do Oeste, foi solicitado que houvesse uma ampliação e também no Parque Nacional dos Campos Gerais de Ponta Grossa, que houvesse uma ampliação.

Aproveitando que estamos falando aqui sobre Ponta Grossa, nos últimos dias tivemos um certo desentendimento, talvez, nas informações, o Parque Nacional dos Campos Gerais, a conclusão que a equipe do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e das demais entidades que compõem a força-tarefa, do levantamento técnico que foi feito dava conta que ali, naquela área, tínhamos quatro elementos fundamentais que impunham uma posição do Governo Federal na sua preservação.

Primeiro ponto: ali encontra-se um dos últimos, talvez o último remanescente dos Campos Gerais. Segundo ponto: ali existe um dos últimos fragmentos, ainda nativos, da floresta com araucária. Terceiro ponto: ali existe uma beleza cênica com suas paisagens singulares que só existe ali, através da conjugação da sua geologia, com suas escarpas. Quarto ponto: ali é uma área de manancial que fornece água para meio milhão de pessoas da região.

Impunha-se, diante destes atributos todos, uma maneira eficaz de proteger aquela região. Sabemos que proprietários de lá têm cuidado, em grande parte, dentro do que na visão deles é um processo de cuidado dentro daquela área, mas que, por si só, haveria necessidade de nós agora estabelecermos ali o poder do Governo, o poder do Estado para preservar aquela área, importantíssima para o Estado do Paraná e principalmente àquela região de Ponta Grossa.

Tem um dado fundamental ali naquela região de Ponta Grossa. Este Parque Nacional, dentro do que o Governo Federal e o Governo Estadual pensam, aquela área pode tornar-se um novo pólo do turismo, no Estado do Paraná. Um turismo que pode ser desenvolvido de forma sustentável e aproveitando, não só toda riqueza e a beleza cênica daquela área, aproveitando que aqui em Curitiba, a cem quilômetros, temos um aeroporto internacional e que nós podemos, dentro dessa linha, fazer essa relação e desenvolvendo aquilo.

Os senhores e as senhoras sabem que o turismo é uma indústria que emprega! É uma indústria que não pode ser substituída por robôs, não pode ser substituída com a máquina ou ser substituída por qualquer outra tecnologia, porque aquele que precisa de um camareiro é de um camareiro; o que precisa de um cozinheiro, é cozinheiro; precisa de atendente de hotel, é atendente de hotel, enfim, poderão estar abrindo ali pousadas ou outras fontes de recursos e poderemos estar dando uma outra conotação àquela região que está muito bem preservada, pelo menos naquele fragmento que se propõe criar.

Gostaria também, para ir encaminhando para o encerramento, de falar um pouco sobre Palmas. Em Palmas, na consulta pública, teríamos a oportunidade de ter esclarecido alguns pontos que infelizmente não se esclareceram; talvez até por conta disso usaram da contra-informação.

O Governo Federal propõe a criação de cinco unidades. Todas elas somam 96.000 hectares, e desses, 48.000 hectares não necessitam de desapropriação. Na região de Palmas a proposta do Governo Federal é para criar um refúgio de vida silvestre, onde pega uma parte da floresta de araucária e outra parte dos campos de Palmas, outro ecossistema importantíssimo. Ali, pela própria legislação, a classificação que a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Preservação prevê um refúgio de vida silvestre e pode haver a manutenção, sem problema nenhum, de áreas privadas, ou seja, o particular vai continuar com a sua terra, com a sua produção e ela pode interagir com a sua cultura e também com a produção de gado.

Não tem problema nenhum, não perde o domínio, não perde a titularidade, não perde nada! Na realidade, a única coisa que se estabelece para os proprietários em que suas áreas forem atingidas pelo limite da criação do refúgio de vida silvestre é que eles assumam o compromisso de, olhando no olho efetivamente, aí estabelecer que a prática de agricultura, da agropecuária seja estabelecida de forma sustentável. Se tenho a minha produção de pinus, como hoje tem lá, ele vai cortá-lo, só que tem que proteger para que não haja o avanço sobre a unidade de conservação. Se tem uma produção de qualquer cultura, não tem problema, vai produzir, vai continuar produzindo.

A única limitação, o único apelo que o Governo faz quando cria isso é que não haja ampliação para as áreas que estão sendo agora protegidas e que a utilização de agrotóxico seja de forma comedida e seja daqueles que são aprovados pelo Governo Federal e a sua aplica-

ção de modo que não haja dispersão pela unidade. Ou seja, o que estou falando: vamos fazer uma pulverização por avião. Não pode, lógico, tem que ter todo um processo para que haja menos dispersão desse veneno.

Enfim, esclarecendo a toda a população do Paraná e principalmente da região de Palmas que o refúgio de vida silvestre não impõe a desapropriação das propriedades em hipótese nenhuma. Entretanto se o proprietário dessa área deseja a sua desapropriação, porque ele avalia que não vai compatibilizar a sua atividade, então a lei faculta essa prerrogativa e o Governo Federal, então, através do justo preço, o indenizará.

Encerrando, a questão de Ponta Grossa, lá dentro do parque: o Governo vai pagar? O Governo tem verba para pagar a indenização dos proprietários? Esclarecer para os senhores e as senhoras que, diferentemente do que ocorreu no passado recente, dou o exemplo da criação do Parque Nacional de Ilha Grande, em que o Governo Federal, na época, criou aquela unidade, mas não previu o orçamento necessário para indenizar as pessoas que lá estão. Nesse caso, com o Governo Lula, a criação da unidade de conservação tem que ser precedida de recursos orçamentários.

Nesse aspecto, para encerrar, gostaria aqui de destacar dois fatos ocorridos no Estado do Paraná: o acidente do navio Vicuña, aqui na nossa baía. Destacar aqui o empenho desta Casa, que foi lá e estabeleceu formas de garantir que aquele espaço protegido, que tem que ser, possa agora, dos seus reais responsáveis, ser devolvido ao que era antes. Inclusive garantindo melhores condições de vida para os pescadores daquela região.

E o outro fato a destacar aqui, a atuação da Casa, tanto pelas Comissões do Meio Ambiente, da Agricultura e também a da Agricultura, que esteve recentemente em Guaíra num debate com os produtores, com os ilhéus daquela região do Parque Nacional de Ilha Grande, buscando, junto com o Governo Federal, uma alternativa àquelas pessoas.

Creio, então, que esses esclarecimentos são pertinentes e necessários para que a população entenda que o Governo Federal não quer promover nenhum tipo de injustiça. Muito pelo contrário. As indenizações que são devidas àqueles que realmente possuem o direito, serão pagas pelo valor do mercado estabelecido pelo Banco do Brasil, de modo tal que o produtor possa garantir em outra área a sua produção.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Fico aqui à disposição das Sras. e Srs. Deputados.

Interpelações:

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Quero lhe fazer algumas perguntas, porque sou da cidade de Ponta Grossa, faço política nos Campos Gerais

e a reação da cidade, da região, das pessoas que moram dentro das áreas onde serão formadas essas unidades de conservação, estão sem informações.

Por que estão sem informações? Porque não foram convidadas para a audiência pública que aconteceu em Imbituva, que era para ser em Teixeira Soares, que aconteceu na cidade de Ponta Grossa. Foram convidados alunos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, alunos de Biologia, para participar da audiência que foi feita no Município de Ponta Grossa. Um tanto quanto injusto: o proprietário que teria que dar a sua posição, que será diretamente prejudicado, não foi ouvido!

Foi ouvido, sim, por estudantes, jovens, de Biologia, que deram as suas opiniões assinaram o livro de presença e, naturalmente nem questionaram exatamente como ia ser.

Nós temos três polêmicas:

Primeiro, que na região dos parques dos Campos Gerais, nós temos mineradoras que exploram talco e obtém naquela região o melhor calcário para agricultura no Território Nacional?

Segundo, as áreas de reflorestamento. Pelo que eu escutei, o senhor falou que vai ser possível se tirar pinus, que foi plantado, uma boa parte, até mesmo do BANESTADO Reflorestadora, que foi contato pelo Governo do Estado do Paraná, a outra parte indústria lá da cidade de Ponta Grossa, que investiram o seu Capital, para poder constituir um reflorestamento de pinus nessa região, onde o Parque está sendo criado. Quero saber, o que vai acontecer com o pinus?

Terceiro: se feito um levantamento de quantas famílias serão prejudicadas, no momento em que esse parque for criado? Quantas famílias, propriedades que hoje existem produzindo soja, milho, trigo e feijão, muitas delas de pequenos produtores, criando o seu porquinho, a sua galinha, para dar o sustento para a sua família? Se vocês fizeram esse levantamento, também, e se puderem nos informar?

A outra questão, Sr. Marino, é exatamente que, se não existe no Orçamento da União recursos alocados para o pagamento desse parque, como é que você vai pagar? Da onde vem esse dinheiro? É de ONG's, é dinheiro internacional? É dinheiro do Tesouro Nacional? Da onde vêm esses recursos? Porque até agora só tem conversa, de concreto não tem absolutamente nada com relação ao Orçamento da União.

Se vai ser pago em dinheiro ou com título público, como fazem com as terras quando são desapropriadas para o Programa de Reforma Agrária, em nosso País, que pagam os proprietários em títulos, em TDAS e, que por muito tempo tem que, aquele proprietário que foi desapropriado, aguardar o seu pagamento?

Mais, quem vai avaliar as terras, que lá estão sendo tomadas? Eu coloco, porque não foram comunicados os seus proprietários! Foram comunicados, sim, alguns alunos de Biologia. Essas pessoas vão receber quanto, pelas

suas propriedades, que muitas, de décadas, lá estão produzindo e agora vai se tornar um belo parque?

Somos a favor da preservação da mata, da fauna, da flora como um todo. Dos mananciais de abastecimento de água. Tudo isso lá existe ainda? Os pinheiros, a peroba, a imbuia e outras tantas árvores que o senhor comentou aqui, que existem nesse parque, porque os proprietários não tiraram, estão lá protegidas dentro de suas propriedades. Agora, não concordo da forma como eles estão fazendo, garganta abaixo dos proprietários querendo manter e formar um grande parque, sendo que uma pequena parte é floresta e, a outra parte reflorestamento de pinos e também de áreas de agricultura que serve de subsistência para um número significativo de pequenos produtores, médicos produtores e ao mesmo tempo grandes produtores.

Deputado Marcos Isfer (PPS)

O SR. MARCOS ISFER

Acho que é melhor nós irmos encadeando as perguntas, Sra. Presidente, porque eu quero reforçar algumas questões colocadas pelo Deputado Plauto.

Por exemplo, em Ibituva, o Prefeito Municipal participou da Audiência Pública; tomou conhecimento dela, duas horas antes da sua realização.

Ponta Grossa não houve a participação efetiva da população e nem das pessoas interessadas. Palmas, não houve audiência pública porque a população interessada, já alertada, queria participar e houve um entendimento de que faltaria segurança para que isto ocorresse. Não ocorreu. E também porque algumas sugestões haviam sido colocadas ao grupo que lá estava anteriormente, por pessoas da cidade, que queriam participar e também não lhes foi facultada a discussão.

É muito simples fazer audiência pública para ninguém ver; nós estamos muito acostumados aqui em Curitiba, volta e meia se faz audiência pública para discutir a respeito de algum assunto, numa determinada localidade da cidade, aonde a população não comparece, porque é à tarde. Vão alguns poucos que têm algum tipo de interesse e simplesmente depois diz-se que se realizou.

Então, eu considero que as audiências públicas no Paraná não foram realizadas da mesma forma que as de Santa Catarina. Acho que este é o primeiro ponto, muito claro, a partir do qual pode-se começar toda outra discussão.

Segundo: ninguém é contrário à área de preservação e conservação. Mas, determinou-se, neste projeto, áreas de entorno. Qual é o tamanho destas áreas de entorno? O senhor mesmo disse que aqueles que, por exemplo, hoje já tivessem um reflorestamento na sua área, poderiam explorar este reflorestamento e refazê-lo, para explorá-lo novamente. Eu não acredito nisto. Primeiro, porque eu acho que quem mais queria ampliar, se não vai lhe ser facultado o direito do uso da terra, não lhe

pode ser cobrado mais nada. Que indenização a União dará a este proprietário, com relação à sua área?

Eu vejo aqui uma visão no mínimo míope de preservacionismo. Por exemplo, aqui em Curitiba, queremos preservar as araucárias. Casa cidadão que tiver uma araucária no seu terreno, tem lá no mínimo um “x”, um 10% de desconto por araucária no seu IPTU. Então, ele valoriza aquela araucária porque ela lhe dá um benefício real ao longo da vida da sua propriedade. Agora, quem preservou estas áreas e até hoje as manteve inalteradas, vai ser penalizado, porque aquele do lado, que arrasou a terra, que reflorestou, que plantou soja, que plantou milho, que plantou qualquer tipo de produção agrícola, este vai poder continuar fazendo e aquele que preservou não vai poder? É um tratamento desigual. É um tratamento míope para com aquele que foi preservacionista! É prejudicial àquele que efetivamente conserva!

A outra pergunta que lhe faço é no seguinte sentido: vai-se desapropriar essas terras e o senhor falou em Banco do Brasil. Ora! Eu considero que essas áreas que à sociedade interessa e ela tem um valor muito especial, são áreas raras. O senhor mesmo falou “beleza cênica” em relação a determinadas áreas. Ora! Se quer preservar-se estas áreas, elas não podem ter o simples valor da terra nua. Tem-se, sim, que considerar o valor econômico que aquela terra poderia ter, porque se não estão tendo é porque se preservou. Tem que, ter, sim, o valor da cobertura vegetal integral, porque fosse esse proprietário um predador, não haveria mais mata em cima.

Então, acho que esta visão é míope. Falta discussão. Não consigo compreender um governo popular como o do Presidente Lula, tentando fazer as coisas na base do atropelo. Acho que esta Assembléia não foi chamada em momento algum a participar dessa discussão. Os proprietários, em momento algum foram chamados. E hoje, por exemplo, fui chamado no INCRA, que eles tiveram, a informação exata da área e sabem até onde estão dois assentamentos deles, que acabam envolvidos nestas áreas de preservação.

Então, acho que efetivamente temos que ampliar a participação da sociedade. Da forma como foi feito, é uma forma restritiva, que deve ter interesse de alguém por trás disto, eu gostaria muito de saber os recursos de onde vêm, porque não são os cinquenta milhões que o senhor declarou que existem que vão indenizar essas terras, não são! A não ser que queiram tomar a terra do povo! Eu vou só chamar um exemplo, a desapropriação da Araupel foi avaliada em 97 milhões de reais, era uma propriedade, com tamanho muito menor que todas as outras que envolvem Paraná e Santa Catarina. Então, há por baixo desse angulo algum carvão que está deixando a todos muito apreensivos.

Então eu quero aqui, em nome da Assembléia, dizer que nós, Deputados Estaduais estaremos fazendo uma moção ao Sr. Presidente da República, à Sra. Ministra Marina Silva, pedindo a prorrogação de qualquer ato com relação ao decreto determinando a criação de par-

ques, e pedindo a ampla discussão do assunto. Ninguém é contra, desde que as coisas sejam feitas de forma esclarecida. Há falta de informações.

Eu lhe pergunto: Eu tenho uma propriedade em Palmas - é hipotético, quero deixar bem claro, não sou proprietário de terra, o Deputado Rossoni tem, eu não - ao lado de alguém que já reflorestou sua área em toda totalidade, ou que já está plantando soja transgênica, hoje, que o Governo Lula permite, enfim, uma série de atividades econômicas sobre a sua área; e a minha área ficou lá preservada, eu mantive um pouco de gado, e venho mantendo aquela área, tirando um pouco de madeira branca, tirando um pouco de madeira, às vezes, quando cai, tirando uma araucária quando cai, tirando uma imbuia quando cai, eu posso reflorestar a minha área? Eu posso fazer o que o meu vizinho fez, se estiver na área de entorno, eu posso?

Então, eu acho que são algumas das questões, depois eu pediria que a gente pudesse retornar. Eu acho que é muito importante o esclarecimento dessa questão do entorno porque não está claro, nem no livrinho, nem em lugar nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

A pedido dos Deputados Marcos Isfer e Anibelli, registramos a presença dos Vereadores de Clevelândia, Marcos Loiola, Alberto Carneiro, Fermino Carneiro, Valdir Preto Lopes, Crimério Gabriel Santos, Juventino de Macedo, Adelino Galvão Pereira, Valdomiro Marques e Wilson Dugolos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, eu gostaria de colocar uma questão de ordem, até acredito para termos a oportunidade de todos questionarmos e colocarmos aqui as questões ao Superintendente do IBAMA.

Como eu estou sabendo, Deputado Vanhoni, parece-me que tem doze inscritos, eu acho que seria importante que todos colocassem os seus questionamentos e o Superintendente depois respondesse.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Eu não concordo, Deputado Rossoni, porque senão vai ficar uma confusão tão grande que esse homem não vai conseguir responder nada.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sra. Presidente, eu estou colocando essa proposta porque eu não quero ser prejudicado quando da minha fala. Por que o que acontece? O último inscrito ali sou eu, e sempre para o último, bate a pressa.

Então, eu gostaria que fosse resguardado o direito a todos.

Era essa a posição, aceito as ponderações do Deputado Rafael Greca, são legítimas, mas eu não quero ser tolhido na minha liberdade de poder aqui questionar o Superintendente.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Eu pediria aos Deputados que fossem mais breves nas perguntas para sermos mais ágeis um pouco.

Deputado Hermas Brandão.

Deputado Hermas Brandão (PSDB)

O SR. HERMAS BRANDÃO

As solicitações que eu gostaria de tomar conhecimento, inclusive pedi as informações ao nosso Superintendente; o Deputado Marcos Isfer já fez. Então, vamos aguardar a resposta, eu não sabia a ordem de inscrição minha, e como eu tenho um compromisso externo, passei para o Deputado Marcos Isfer, que já fez o questionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Com certeza.

Então, o Sr. Marino pode responder agora.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Eu tenho só a agradecer os questionamentos dos Srs. Deputados. Auxiliam muito para que a gente possa estar esclarecendo.

As consultas públicas, é importante destacar, é uma previsão da lei e que o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, através do seu grupo, divulgaram em todas as regiões, nos meios de comunicação. Foram feitas as reuniões com os Prefeitos; parece-me que apenas com o de Palmas não conseguimos contato. Teve o Prefeito de Teixeira Soares que disse que não teria sido cientificado, mas na própria audiência reconheceu que seu assessor tinha recebido e passou-lhe todas as informações.

A consulta pública realizada está registrada, e o próprio nome diz, é pública. Portanto, nós dos órgãos ambientais não podemos privar o acesso de pessoas. Desde o segmento empresarial até mesmo os nossos queridos alunos que tiveram presença marcante. Não há o que se falar nesse aspecto.

Fui o moderador dessas consultas públicas. E como moderador tive lá a oportunidade de verificar que grande parte dos questionamentos foi feita por aqueles representantes dos agricultores. Seja pela sua federação, sindicatos, enfim, foram efetivamente bem representados lá e obtiveram respostas, que acredito que foram satisfatórias.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

O senhor tem o nome de um representante da FAEP ou FIEP?

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

O Sr. Gava esteve em todas.

Vamos esclarecer a questão do pinus. O pinus só pode ser, na unidade de conservação, classificado como refúgio. Não no parque. O parque, se efetivamente abran-

geu área de produção de pinus ou de qualquer outra produção de grãos, não importa, vai ser feito o cálculo da indenização, incluída a terra nua, produção e as demais benfeitorias nesse episódio.

A classificação de parque não permite a continuidade desse tipo de atividade. Pode, sim, o desenvolvimento do turismo sustentável, aproveitando as potencialidades turísticas que o parque tenha.

Portanto, só aquela produção que há dentro do refúgio de vida silvestre no parque, não, e vai ser indenizado pela sua produção.

Será que essas duas unidades possuem a sua zona de amortecimento, área de entorno? O que é isso? Na realidade quando você constitui uma unidade, você também estabelece um cinturão para protegê-la. Não adianta nada você criar uma unidade e aquela água que entra dentro dessa unidade. Tem que ter todo um processo de discussão com os proprietários do entorno, para que haja práticas sustentáveis, em que ele possa manter o nível de produção, mas respeitando a questão ambiental e a unidade de conservação.

Somente no parque e em algumas outras áreas, que não é o caso que estamos discutindo agora, é que possui a zona de amortecimento. O refúgio de vida silvestre não possui essa zona. Portanto, a propriedade, lá de Palmas, vai continuar da mesma forma.

A área de entorno, a zona de amortecimento que a legislação prevê e até dez quilômetros significa dizer que vai ser baixado um decreto e criado aqui dez quilômetros, pode ser quinhentos metros, pode ser milímetros, dependendo da importância para proteção daquela unidade. No caso do Parque Nacional dos Campos Gerais, em Ponta Grossa, provavelmente, vai ter uma área que se estende e uma outra área que não. Vamos ter que proteger as nascentes que possuem no alagado, que são as nascentes que nós também queremos proteger a criação do parque, porque é dali que meio milhão de pessoas, que residem em Ponta Grossa e região, tiram a sua água, que é boa. Essa água tem que ser mantida e preservada. Então, é dentro desse aspecto.

O Governo não falou que vai ser dez metros; a lei fala que é até dez metros. Nós é que vamos estabelecer qual é efetivamente, desculpa, são dez mil metros, dez quilômetros.

Com relação ao levantamento dos proprietários, todas as áreas que foram apresentadas para criação do parque foram precedidas de um estudo socio-econômico e fundiário e se estabeleceu-se que o traçado dessa unidade deveria ser de tal forma que evitasse o máximo de incluir áreas já com várias famílias, propriedades que já possuem um assentamento de pessoas, o assentamento do INCRA. Pode notar que ela não é um desempenho circular, na realidade, às vezes, ela faz um ziguezague, justamente para deixar fora esses assentamentos humanos e evitar que tenhamos mais problemas na questão da indenização. Tanto é assim, Srs. Deputados e todos que nos assistem, que o Governo Federal criará, cinco unidades

no Estado do Paraná, e somente passível de indenização são cinquenta e nove proprietários.

Aqui nos Campos Gerais, no parque em Ponta Grossa, são apenas 32 proprietários. Ainda assim, nem todos terão a sua área atingida. Será parte da propriedade deles e essa parte que, efetivamente for atingida pelo limite do parque, se ela é terra nua e se ela é área que possui cultura ou alguma benfeitoria, será também indenizada e corretamente.

Então, estamos falando de 32 proprietários, ao passo que temos aqui uma população de meio milhão de pessoas. Não é por capricho que o Governo Federal está propondo a criação disso; muito pelo contrário, é por necessidade e pelo apelo que temos que ter em relação ao que está ocorrendo. Se ligarmos a televisão, isso verifica, já estamos chegando em Marte, mas, ao mesmo tempo, assistimos aqui que um ecossistema como araucária está se extinguindo e também o ecossistema dos Campos Gerais se extinguindo. É necessário dar um basta nisso. É necessário, que o Governo assuma a sua posição e então vem e propõe a criação dessas áreas.

Na consulta pública, em Ponta Grossa, houve proposta da comunidade, seja da comunidade científica, seja de quem participou, de ampliação do parque.

O PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Para os alunos de biologia que estavam lá.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Não!

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Desculpe, Marino, todos nós somos a favor da ampliação, desde que pague, faça bem feito, esclareça à população, diga o que pode. Assim, pode ampliar o que quiser.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Converse com os proprietários! Tem que discutir!

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Então, vou esclarecer de onde vêm os recursos.

Os recursos, senhores e senhoras, vêm do que nós chamamos de compensação ambiental. Dentro do IBAMA, na diretoria de ecossistema, existe uma comissão, que é uma coordenação da compensação ambiental. Todos os empreendimentos em que o Governo Federal faz o licenciamento impõe, por força da lei, um percentual do valor correspondente ao empreendimento que vai para esse fundo, que é o fundo de compensação e a compensação ambiental, justamente, é para a indenização. A lei estabelece que é o pagamento das indenizações, que são a regularização fundiária, enfim, todas as outras coisas que a unidade de conservação cria.

Se, efetivamente, o valor que é de cinquenta, sessenta milhões, que o Governo destinou para esses 48 mil hectares que vão ser desapropriados forem insuficientes,

o IBAMA responderá positivamente com os recursos que compõem a compensação ambiental. Deve-se, também, ser esclarecido, volto a frisar, que de todas as cinco unidades, 48 mil não necessitarão de desapropriação, e 48 mil hectares é menor do que duas fazendas que já foram utilizadas para fins de desapropriação, para a reforma agrária. Então, para a preservação ambiental, neste momento, não se coloca como algo custoso para a sociedade. Muito pelo contrário, é necessário que tenhamos efetivamente esses espaços protegidos. E o Governo não propõe calote! Nós estamos aqui.

Recebi agora, uma informação de que há uma iminência de que o Parque Nacional de Ilha Grande seja ocupado pelos ilhéus que, desde 97, com a criação daquela unidade, não teve do Governo na época a sensibilidade de indenizá-los.

Nós estamos correndo agora atrás do prejuízo para resgatar essa dívida social com eles, estabelecemos uma prioridade nacional e estamos agora com a equipe do IBAMA e do INCRA desenvolvendo todas as avaliações nesse mês de junho, para que possamos, a partir daí, iniciar as negociações para o pagamento desses ilhéus.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

O Parque de São Joaquim, Marino, que até hoje também não foi pago, em Santa Catarina? E não tem mais madeira; estão roubando tudo que tem lá em cima. Igual a área dos índios, protegida e tudo roubado!

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Hoje, há uma proteção do proprietário e de quem vai ser atingido por uma unidade de conservação deste País. Só se cria se tiver recurso para criar. Não vai criar como uma aventura. Agora não. Isso é um ponto determinado pelo Governo neste mandato.

Concluindo aqui, em relação ao que se falou da penalização.

Penalização, se fosse no modo que o Governo interpreta, se não houvesse esse processo, se esse processo não fosse público, se não houvesse aqui a informação de que há recursos, de que o Governo está disposto a indenizar pelo preço justo as suas terras. Não se trata de um calote.

Agora, lógico, também entendemos que há um sentimento daquele que está há muito tempo na terra em relação a ela. Mas, esse sentimento, ele pode ficar tranquilo, porque com a presença estatal agora de proteção integral dessas unidades, ele vai poder usufruir sob outra forma, ou seja, vai ter a garantia que aquilo se perpetua para as gerações futuras que aí virão. Que, mesmo que efetivamente haja ali, ela vai ter a certeza de que aquele espaço está sendo protegido como um espaço sagrado dessas unidades.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

As pessoas poderão morar nessas áreas?

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Deputado, temos os Parques Nacionais e o Refúgio de Vida Silvestre e a outra categoria são as Reservas Biológicas. São três categorias aqui no Estado do Paraná. As três são de proteção integral. O Parque e a Reserva Biológica, nessas não pode haver intervenção humana. No caso dos parques pode haver, dependendo de qual atividade, como é a do turismo. Turismo sustentável.

Na reserva biológica, não. Essa é um santuário, serve para a educação ambiental, enfim para coisas desse nível.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Então, o senhor está dizendo que as famílias não vão precisar sair?

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

No refúgio de Vida Silvestre não vão sair, nem os proprietários deixarão de estar produzindo, de estar exercendo a sua atividade.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas, do Parque tem que sair?

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Do Parque, sim.

Por isso tomamos o cuidado que somente 32 propriedades fossem delimitadas e ainda assim nem toda a área. Parte dela pode ser desapropriada e a outra parte, não.

Ontem, conversávamos com o Governador Requião, esclarecendo-lhe, e ele disse que efetivamente a proposta do Governo Federal vem ao encontro do que ele quer estabelecer no Estado do Paraná. Quer dizer, o Paraná com desenvolvimento sustentável, onde o tripé da sustentabilidade seja efetivamente colocado em prática, ou seja, precisamos crescer do ponto de vista econômico e vamos crescer, mas também precisamos incluir socialmente, praticar justiça social com prudência ecológica. Esse tripé vai fazer do nosso Estado um Estado importantíssimo, um Estado que vai se desenvolver em sua forma sustentável.

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Em primeiro lugar quero dar as boas-vindas ao Dr. Marino que está à frente do IBAMA no Estado do Paraná, fazendo um excelente trabalho.

Em segundo lugar agradecer, porque grande parte das dúvidas que foram levantadas nesses últimos dias a respeito da criação desse Parques já foram superadas pela sua explanação.

Acho que o problema não está na audiência pública. Se esta não existiu é um problema, porque devemos primar para que a comunidade participe da discussão

da criação de uma unidade de preservação, de um Parque Nacional, que o Governo, o Estado sinta quais os problemas que cada comunidade tem.

Vejo que no âmbito da Assembléia Legislativa, pelo menos o debate que os Deputados trouxeram, em primeiro lugar, áreas que estavam sendo desapropriadas, são áreas de plantio, isto é, fazenda de plantio de soja, fazendas com reflorestamento, que foi investido dinheiro há vinte anos atrás e esse reflorestamento é manejado e abastece a indústria madeireira, tanto na cidade de Palmas, quanto no eixo de Ponta Grossa e da região de Palmeira. São questões como essas que suscitam o debate aqui na Assembléia.

Então, área que está sendo desapropriada ou área que está sendo plantada a soja ou produtos da agricultura, importante para o desenvolvimento do Estado, eu achei estranha à desapropriação. A não ser, como justifiquei ontem para os agricultores que estiveram aqui, que como estamos criando um determinado produtor, seja de dez, duzentos ou trezentos alqueires, mas que ela estivesse no meio ou fazendo uma interseção, com a criação de um corredor, onde a vegetação pudesse ser preservada e a vida animal e silvestre pudessem ser preservadas. Desta maneira é que entendo que uma unidade, um trecho de área produtiva seja objeto de uma desapropriação, não da área toda que não esteja nessas condições.

No Parque Nacional que é uma área preservada na região de Foz do Iguaçu, em relação ao Lago da Usina de Itaipu, assistimos que o plantio, a terra agricultável é praticamente até as fronteiras do parque, beira a grande vegetação preservada, hoje, do Parque Nacional. Este é o esclarecimento a nós, aos Deputados da Comissão de Meio Ambiente, aos Deputados que estão preocupados em preservar a natureza do nosso Estado.

Ontem - permita-me chamá-lo de você, pela amizade e conhecimento que tenho, você já trouxe esse dado, que praticamente 97%, noventa e poucos por cento da cobertura vegetal nativa do Estado do Paraná foi consumida em função do desenvolvimento econômico do nosso Estado. É lógico que o Estado, que a coletividade, se preocupem em preservar o pouco que temos: Mata Atlântica, região Sul do nosso Estado, reservas de araucária, o Parque Nacional.

A outra dúvida, Marino, que perpassou a cabeça dos Deputados é em relação à indenização. Alguns trouxeram alguns exemplos, foi desapropriado no passado - até os agricultores trouxeram isso - não receberam até hoje e o preço que estão colocando nas terras para efeito de desapropriação será um preço muito distante daquilo que a terra realmente vale.

Como eu sei que este é um projeto que está sendo discutido desde o ano de 2000, como o senhor trouxe ao conhecimento da Assembléia, sei que foi constituída uma força-tarefa, uma força de trabalho no próprio Ministério do Meio Ambiente, desde a época de 2000, envolvendo representantes da sociedade civil e órgãos do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal, eu gostaria de

saber o seguinte: esses proprietários, essas áreas que têm um problema econômico na área de desapropriação, seja de Ponta Grossa, seja da região de Palmas, foram localizados? Foi conversado com os proprietários? Foi feita uma avaliação do preço? Acho que temos que combinar.

O Deputado Marcos Isfer - às vezes temos discordâncias de pensamento, mas ele disse uma coisa lógica: o Estado tem condições de pagar? Acho que tem! Vamos pagar o preço justo e vamos preservar a mata nativa, pequena, que ainda resta no Estado do Paraná. Se tivermos esse consenso e isso estiver sendo feito pelos organismos do Estado, acho que essa discussão se encerra.

Aqui às vezes têm discursos de gente que diz que defende o meio ambiente, mas na realidade sabemos que quando se trata da sua própria casa e aqui em Curitiba temos um exemplo: temos uma lei aqui que dá um reforço - o Rafael Greca conhece, já foi Prefeito de Curitiba - no IPTU, para que cada casa preserve uma araucária. No entanto, também temos um outro lado, que tem outros moradores que querem cortar o pinheiro para, muitas vezes, melhorar o muro ou aumentar a sua casa e não podem cortar o pinheiro, tem uma certa resistência por parte dos órgãos. É bom! A lei é boa, preserva o meio ambiente e educa a população a aprender a manter o pouco de cobertura vegetal que ainda temos em nosso Estado.

O esclarecimento a Tereza Urban me trouxe. Tem uma área que não tem cobertura vegetal, que está no mapa e é na região de Palmas, que atinge o Sul do nosso Estado, mas é uma área de refúgio. Nessa área os proprietários poderão continuar na manutenção da propriedade e é uma área que tem nascente de rios importantíssimos para o ecossistema da região. Acho que não será desapropriada esta área. Apenas continua sendo uma grande unidade de conservação ambiental, agora catalogada como área de refúgio.

Estou satisfeito com as explicações e o senhor está de parabéns! Gostaria que apenas trouxesse essa questão dos agricultores que têm propriedades produtivas: serão indenizados e qual o valor? E aqueles que têm o plantio de árvores de reflorestamento que agora, possivelmente, talvez pela nova legislação, não possam mais reflorestar, a indenização vai ser por terra nua? Vai ser levando em conta a árvore que está em cima, que é objeto de reflorestamento? Atinge grande produção de madeiras e cria grande desemprego na região?

Não sou da região e não acompanhei as audiências públicas, mas aqui no debate, na Assembléia, se essas questões ficarem mais claras, acho que ajuda muito!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Dr. Marino, seja bem-vindo à Assembléia!

Acho muito oportuno o esclarecimento que é trazido por V. Exa. a esta Casa, porque no meu ponto de vista o que houve aqui foi uma espécie de ruído de comunicação. Às vezes a velocidade da informação é inimiga da ética.

Então, queria perguntar-lhe algumas coisas e peço, por favor, que anote para poder responder pontualmente.

É verdade que do total da população de Ponta Grossa ocupada em atividades agropecuárias e primárias, aí incluída a mineração de talco, são perto de cem mil pessoas que são ocupadas em atividades primárias em Ponta Grossa - apenas 4600 pessoas fazem atividade agropecuária ou primária? Então, é verdade que essa criação do Parque só teria impacto sobre 4600 pessoas em Ponta Grossa?

É verdade também que o Parque Nacional dos Campos Gerais, com 21749 hectares, praticamente 22 mil hectares, só teria atualmente, da área prevista para o Parque, três mil hectares, ou seja, 1200 alqueires, um quarto da área de Ponta Grossa com ocupação de agricultura, pecuária e reflorestamento? O resto é tudo campo natural, floresta ou água?

E a segunda pergunta: é verdade que na reserva biológica das araucárias, prevista entre Imbituva, Ipiranga e Teixeira Soares, existem áreas de reserva legal, ou seja, áreas de potencial verde que podem ser transferidas de outras propriedades para a área da reserva, mas áreas já protegidas por lei, ditas áreas de preservação permanente e apenas dez propriedades em áreas por desapropriar?

É verdade também que essa reserva biológica das araucárias apenas dezoito por cento da área útil prevista é para uso de agropecuária, mineração ou atividades primárias e o resto é floresta e várzea, já por lei obrigatoriamente conservada?

É verdade que a reserva biológica das perobas será comprada de um único proprietário, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná? Não tem nenhum outro proprietário e há uma proposta já de transformação desta floresta em área de reserva legal pela transferência do percentual de preservação, os vinte por cento previstos, de outras fazendas para a região?

É verdade que o refúgio de vida silvestre do Rio Tibagi, que tem 23% da área útil só utilizada em atividades primárias, não precisa ter desapropriação?

Quero saber também se é verdade que o refúgio da vida silvestre dos campos de Palmas não precisa haver desapropriação, pode ser pecuária, pecuária em cima dos campos a serem preservados, e até agricultura, em alguns casos, e que estão congelando apenas algumas pequenas áreas para evitar a expansão da fronteira agrícola?

Se tudo isto que eu falei for verdade, o conjunto de ações previstas pelo Governo Federal neste papel - proteção e recuperação da floresta com araucárias, é um presente para o Paraná, é um presente para os que vão nascer.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Superintendente, vou procurar fazer um pingue-pongue com o senhor aqui. Senti que o senhor é inteligente, e certamente nós vamos nos entender.

O senhor não acha que esses parques poderiam, sim, ser criados, mas de uma forma mais contemporizada e democrática com a população?

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

O senhor já terminou as suas perguntas?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A senhora quer que eu faça todas as perguntas?

(Resposta afirmativa da Sra. Presidente)

Não, eu gostaria de ter primeiro esta resposta.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sim. Pode dar a resposta, Sr. Marino, e daí ele continua.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Certo. Ressalvando que eu vou fazer a resposta das outras indagações dos Deputados. Qual o tempo?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, se têm outras indagações, pode responder aos Deputados.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Se eu for responder, eu já...

O SR. VALDIR ROSSONI

Não, porque não foi aceita a minha questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Perfeito, mas o que o Deputado propõe é um pingue-pongue. Eu não sei se a Presidente vai...

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Nós tínhamos acertado a cada três Deputados ele responderia...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. Então eu também estou aguardando um documento. Passo a falar depois, quando puder ser respondido.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

O Deputado Jocelito já pode fazer as perguntas?

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Não, tudo bem, Sra. Presidente, eu só gostaria de fazer algumas perguntas e eu estou achando aqui, e o maior problema nosso nessa discussão toda, eu acho que é o problema da comunicação, e é aqui que está a grande preocupação.

Por exemplo, agora eu vi o Superintendente Marino respondendo algumas perguntas, mas não respondeu algumas aqui que o Deputado Plauto fez. Eu gostaria que o senhor respondesse, tenho uma dúvida muito grande, me preocupando. Por exemplo, a questão dos minerais na região da Itaiacoca, isso é muito preocupante, muito preocupante, mesmo, porque na região de Itaiacoca, em Ponta Grossa, e na região de Castro, existem as maiores mineradoras do Brasil. Na região também existe muita cal também, isso gera muito emprego não só em Ponta Grossa mas acaba sendo levado para outros Estados. Então, existe uma preocupação muito grande com essa questão do emprego. É isso que está me preocupando, neste momento, o emprego, porque o Governo Lula prometeu dez milhões de empregos, eu estou ansioso para ver esta geração de emprego! Eu ouço, todo dia, aquele papo: Olha, melhoraram os empregos...

Outro dia estive em Brasília, numa reunião do PSDB, participando como curioso, achei interessante, fui assistir e vi o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso dizendo que o Governo Lula não gerou os empregos que está anunciando, que não é verdade. Eu fiquei preocupado porque o Governo Lula anunciou dez milhões de empregos e nós estamos vendo que se você perguntar - não precisa estatística, elas muitas vezes são papo furado, são mais para idiota entender, mas pergunte para o cara que está me assistindo aí em casa agora, na televisão, pergunte àquela dona de casa: A senhora ou senhor que está me assistindo aí, quantos desempregados tinham antes do Lula e quantos têm hoje?

É uma pergunta boa de fazer. Essa é a verdadeira estatística! Se perguntar quantos desempregados tinha antes e quantos têm hoje? Essa é a verdadeira pergunta que tem que se fazer! Aí, aquela mãe, aquele pai, vai dizer: Antes tinha três, agora tem quatro. Ou tinha três, agora tem dois. Então o cidadão que está nos assistindo pela televisão pode fazer esta pergunta e então saberemos se aumentou ou não o desemprego.

E é aí, Sr. Marino, que está a minha preocupação, Ponta Grossa recebeu, nos últimos anos, um grande número de fábricas. Para o senhor ter uma idéia, a arrecadação de Ponta Grossa, quando eu era Prefeito, em 1997, o ICMS era de um milhão e trezentos mil por mês. Agora, depois da vinda dessas indústrias, para nossa região, não só a questão de madeira mas outras também, a arrecadação de Ponta Grossa é hoje quase seis milhões. Melhorou muito a arrecadação! Essas indústrias vieram trazer oportunidade de emprego, eu diria que muitas pes-

soas conseguiram emprego graças a essas indústrias que vieram para Ponta Grossa, no período que eu era Prefeito.

A preocupação hoje, então, é que algumas dessas indústrias têm a ver com a questão de madeiras, principalmente com a questão de pinus que é a preocupação que eu ouvi aqui se falar mas até agora ninguém explicou: nessa área de preservação, no Parque Nacional, vai poder cortar o pinus, não vai poder? Vai poder reflorestar, não vai poder? É essa a preocupação, porque no momento, se não puder, nós vamos perder recursos muito grandes, vai aumentar a desigualdade social nos bairros de Ponta Grossa e, ao mesmo tempo, vai gerar um desemprego muito grande porque muitas fábricas vivem hoje do pinus! Eu estou preocupado com isso!

A minha preocupação é gerar emprego e aí quando se vê que não se pode cortar pinus, aquele pinus que é de preservação, que planta, vai e volta, aí existe a preocupação dos empregos. E não é isso que nós queremos.

Então essa é uma preocupação minha e eu queria que o senhor respondesse bem claramente: a questão do calcário, se vai atingir, se não vai poder tirar mais? A questão do pinus? A questão do talco e também da areia? Têm muitas empresas que tiram areia do Rio Tibagi. É ilegal tirar? Até agora todo mundo tirou, faz dez anos que estão tirando, gera empregos e também impostos. Agora precisa saber se vai continuar! Uma outra pergunta: falou-se em força-tarefa. Quem fez parte dessa força-tarefa? Quais entidades? Ontem ouvi gente falando aqui, que a FIEP e a OCEPAR estão a favor do projeto, mas, na nossa reunião vi membros da FIEP e da OCEPAR dando depoimentos a favor do pessoal e contra o parque! Então, não entendi. Essa é uma colocação que gostaria de saber também.

Outra pergunta: é a questão dos meios de comunicação. recebi aqui um documento do jornal "Diário da Manhã" do dia 01 de maio, que fala sobre a reunião, sobre a definição das áreas. Eu, lá em Ponta Grossa, faço programa de rádio todos os dias das 06h00 às 09h00 da manhã. Não ouvi em lugar nenhum. E a nossa rádio é uma das mais ouvidas da Região dos Campos Gerais; não teve nenhum anúncio na nossa rádio! A não ser que eu não tenha ouvido... é difícil.

O Plauto é proprietário de uma rádio em Ponta Grossa, uma das mais ouvidas, e também não teve anúncio da audiência pública. Não teve essa comunicação. E se foi feita, foi feita de forma totalmente errada, não se comunicou como deveria se comunicar. E se fez a comunicação, onde se fez? Onde se divulgou? Quais os meios de comunicação? Isso eu queria saber. Onde foi comunicado isso? Quem participou dessa audiência?

E outra pergunta, vou ficar até constrangido de falar aqui, mas vou ter que falar. É meio delicada mas vou fazer essa pergunta: Por que é que algumas áreas foram deixadas de fora? Por que se escolheu algumas áreas que deveriam também estar e não estão? Vou dar dois exemplos.

Lá em Ponta Grossa tem uma área no Rio São Jorge, que é linda, maravilhosa, o seu proprietário estava aqui ontem e vi que é o Lourenço. E, do lado da dele tem outra área que é de um cidadão chamado Luiz Augusto Dietrich, casualmente filiado ao PT; ajudou a montar o parque. A terra dele não está incluída!

Então, pergunta-se: por que a área dele que ajudou a montar o parque não está lá? Foi um deferimento especial? Ou funcionou o “carteração”?

Vila Velha é o nosso maior patrimônio, do Paraná e do Brasil. Do lado de Vila Velha tem uma fazenda muito grande, e essa fazenda também não está na preservação, por quê? Há dois pesos e duas medidas ou vice versa?

Então, Marino, com todo respeito, não sou contra o parque. Sou a favor da preservação. A minha preocupação neste momento é com o emprego. E, sinceramente, vou ser franco com você, faltou comunicação, o pessoal de Ponta Grossa não sabe! Tanto é que o Raska foi ontem em Ponta Grossa e falou um pouco do parque e tem gente que não sabe o que está acontecendo. Então, o que deveria acontecer, no meu ponto de vista hoje, num Governo democrático que é o Governo do Presidente Lula? Não é acabar, proibir o parque. Não é isso que nós queremos. O que deveria ser feito por prudência, era voltar-se a discutir com as pessoas, para que não se cometam injustiças como estou mostrando agora. E uma última pergunta, que eu esqueci: Quando foi convocada a reunião pública, que foi pouco comunicada, as pessoas que foram às audiências públicas, houve algum avanço, alguma mudança? Por exemplo, lá em Ponta Grossa, quando teve a audiência, mudou alguma coisa daquele projeto original que vocês levaram e que está prontinho? Mudou alguma coisa?

Nessa reunião alguém da sociedade, alguém dos que estão reclamando hoje em Ponta Grossa sugeriu alguma coisa que pudesse mudar exatamente aquilo que já estava previsto, escrito?

São essas as perguntas que eu quero fazer.

Gostaria de solicitar ao nosso Superintendente do IBAMA, ao Presidente Lula, ao povo que está trabalhando esse projeto, eu não sou contra, mas acho que precisa discutir um pouco mais. Como está meio duvidoso o negócio aí, era bom dar um tempinho mais, discutir um pouquinho mais, não assinar esse decreto correndo, para evitar que nós possamos cometer um erro e seja ruim. Eu sou a favor do parque, mas que todas as pessoas sejam ouvidas.

Era isso Marino, desculpe pela franqueza, mas eu tinha que fazer-lhe essa pergunta.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Marino uma última indagação. É verdade que são só 59 propriedades no Parque dos Campos Gerais, quarenta em Ponta Grossa ou menos até do que isso?

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Bom a franqueza do Deputado Jocelito também é a nossa franqueza. Nós estamos aqui com o espírito desar-

mado, numa Casa importantíssima, onde logicamente a gente está para conversar coisa séria.

Então, a sua franqueza, Deputado, não me choca, muito pelo contrário, prova que o senhor merece o apoio da sua comunidade, como colocou aqui.

Mas, eu vou aproveitar participando já das suas indagações com relação a essa do Rio São Jorge, no Parque Nacional, dos Campos Gerais.

“Da margem que adentra para a unidade toda aquela área está contemplada na criação do parque. Na que fica de costa, essa não.”

Esse proprietário, que o senhor falou, o Sr. Luiz Augusto, parte da propriedade dele foi abrangida dentro dos limites do parque.

O senhor fala da geração de emprego, inclusive faz uma crítica aí ao Governo Lula.

Eu não vou entrar nessa questão de responder sobre o Governo Lula, porque os Parlamentares aqui do PT, acredito eu, reúnem as melhores condições até, de fazer essa defesa.

Mas do ponto de vista ambiental, eu posso estar atualizando, que esse Governo do Luiz Inácio Lula da Silva, da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva e do Presidente do IBAMA, Dr. Marcos Barros, estabeleceu que todas as unidades de conservação federal, têm que ser fator positivo no relacionamento com a comunidade, têm que ser fator de desenvolvimento, não só cultural, ambiental, social, mas também econômico. É por isso, que estávamos travando uma discussão à cega sobre a questão da Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu, onde o parque não se relacionava com a sociedade, e a sociedade não tinha a clareza das potencialidades que aquela unidade de conservação tem e que podia ser explorada de forma sustentável e aproveitando o seu desenvolvimento.

Hoje o IBAMA, através de uma ação que desenvolveu em 2004, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, estabeleceu um amplo processo no entorno do Parque Nacional do Iguaçu e, hoje está se promovendo uma verdadeira revolução naquela unidade de conservação em que as cidades todas poderão se beneficiar da exploração sustentável do turismo.

Isso quer dizer para nós, o quê? Quer dizer que aquela visão míope, que aí, sim, de governos passados, desse governo não se tem.

O IBAMA não tem olhado para dentro de si.

Os funcionários do IBAMA têm conversado com a sociedade. O IBAMA tem-se popularizado. E o IBAMA tem-se apresentado para a sociedade como uma ferramenta dela e que por ela tem que ser apropriada. E aí, caro Deputado, quero dizer ao senhor que a indústria do turismo, neste aspecto os senhores são conhecedores muito bem disso, gera emprego e gera renda. E o que nós estamos ali estabelecendo, para a comunidade de Ponta Grossa e região, é uma nova oportunidade. Temos que olhar isto! É uma nova oportunidade de um parque que tem belezas cênicas estupendas, que só tem ali. Esses

recursos naturais só existem ali. E são importantes para que possamos potencializar e garantir para o Brasil mais divisas, porque ali pode ser um turismo internacional, inclusive.

E quero dizer a todos que lá em Foz do Iguaçu o principal contribuinte de impostos municipais é um concessionário do Parque Nacional do Iguaçu, que está dentro do Parque, que explora uma atividade e é o que mais gera receita para o Município de Foz do Iguaçu.

Gostaria, também, de estar esclarecendo sobre a mineração. De fato me penitencio porque não esclareci na primeira questão. Mineradores, areieiros, todos estes empreendimentos não estão dentro do limite do Parque. E como tal, não vão, efetivamente sofrer nenhum tipo de restrição. Agora, é lógico, o que nós temos, dentro da franqueza, é discutir com segmentos representativos de determinados setores que, ao desenvolver sua atividade, desenvolvam em consonância com a legislação, inclusive ambiental. Para tanto, tem que ter, o quê? O licenciamento ambiental da sua atividade, porque no licenciamento tem-se as três fases: licença prévia, licença de instalação e licença de operação.

Na licença prévia, vai ser possível estabelecer aquele tipo de empreendimento. Na licença de instalação é onde se apresenta tudo o que se vai fazer, o que está construído, quais são os prédios, o tratamento do efluente, medidas mitigadoras, enfim, traz tudo, nesta fase do licenciamento. E é justamente aí, havendo esta consonância, os órgãos ambientais vão liberar para ele a licença de operação.

Então, não estamos querendo, aqui, em hipótese nenhuma, traduzir em desemprego, traduzir em sofrimento e dor. Não é isto. Tanto é verdade - eu volto a frisar - que a construção dessas cinco unidades no Estado do Paraná foi como se fosse uma cirurgia. Foi feito com toda delicadeza e com todo cuidado, para que pudéssemos estar tirando o conflito que poderia existir com vários assentamentos humanos. Por isso é que no Parque Nacional de Campos Gerais, em Ponta Grossa, são apenas 32 proprietários atingidos. E ainda assim, parte da sua produção.

E agora, voltando à discussão sobre se é possível explorar o pinus, dentro do Parque. Não é possível, mas, no decreto de criação que a Ministra do Meio Ambiente está discutindo com o Presidente Lula, é possível estabelecer - talvez aí seja algo importante para que seja divulgado - seja possível permitir que o proprietário da área tire o seu pinus. Logicamente, não entrando na contabilidade para efeitos do somatório para pagar a indenização. Isto tudo está sendo construído justamente para evitar o máximo de conflito, para que tenhamos a conjugação de esforços, não só dos órgãos ambientais, mas também de toda a comunidade e principalmente dos nossos produtores da região, para proteção deste patrimônio que não é só nosso. É um patrimônio de toda a humanidade. Isto nós estamos tomando cuidado.

Com relação à criação do Parque Nacional de Campos Gerais e das demais unidades, nós estamos pensando, por isso, às vezes, aquele ditado é interessante: "uma andorinha só não faz verão". Ou seja, não adianta eu ter uma araucária tão somente, na realidade, tenho que ter o ambiente como era, no seu campo nativo. Porque é justamente quando temos a proteção da unidade é que temos a troca da biodiversidade. É aí que ela vai exercer sua função, porque fragmentos isolados para nós não interessam e se tornam estéreis. Por isso é que queremos, com a criação dessas unidades, formar um mosaico de unidades de conservação e restabelecer os corredores da biodiversidade, em que vai ligar toda a nossa região.

Se os senhores notarem, quando nós tratamos da formação do refúgio da vida silvestre no Tibagi, dá para dar uma olhada. Aqui, o Parque Nacional, na página quatorze ou sete, superior, aqui tem a ligação, a conexão com o refúgio da vida silvestre no Rio Tibagi, ou seja, nós estamos pretendendo criar os corredores da biodiversidade e porque nós sabemos que a natureza não conhece limite geográfico e que nós precisamos restabelecer tudo isso, porque nós queremos ligar muito brevemente com o Rio Iguaçu, com o Parque Nacional do Iguaçu, com o Lago de Itaipu, ligando Mato Grosso do Sul, ligando São Paulo, chegando ao Paraguai, chegando à Argentina, estabelecendo aqui que a fauna e as nossas trocas da biodiversidade também da flora possam se dar num ambiente que era como antigamente aqui colocado.

E não há nesse processo por conta do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente, ou IBAMA, qualquer receio de discutir com a sociedade. E a consulta pública é justamente para isso, para que a gente possa tirar essas dúvidas e possa também estar apresentando propostas. No caso da convocação, Deputado quero dizer-lhe: eu, particularmente, dei várias entrevistas, particularmente a assessoria de comunicação do IBAMA enviou para vários veículos, no dia 17 de abril, na Gazeta do Povo houve uma reportagem grande, segunda, terça, quarta, sucessivamente também, em todos os jornais, principalmente da região, foi publicado a matéria, nós tivemos entrevista na CBN em relação a isso. Quer dizer, houve um amplo processo. E tanto é verdade que nas três audiências públicas - não estou contando Palmas, porque não deu para concluí-la, - mais de mil pessoas estiveram presentes, registraram os documentos que fazem parte dos anais desse documento, e que esses documentos estão à disposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Nós temos que colocar que os Parlamentares têm tempo definido para fazer as perguntas, quem está respondendo também.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Ele está respondendo por três Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Tenho observado que com a inteligência do Marino, ele vai ficar aqui discursando até meia-noite para não nos dar oportunidade para questioná-lo; essa é a grande verdade.

É um sonho, um utopia, um sonho de verão o que estou ouvindo aqui. Isso, na realidade, não existe!

Então, gostaria que fôssemos para a prática, os questionamentos e as respostas. Se começarmos aqui em cima da teoria, divagar, eu fico aqui, não apenas dez minutos, Sra. Presidente, fico três horas em cima de um sonho, que cada um tem o direito de sonhar da maneira que bem entender.

Ele tem toda a liberdade de falar, mas a maneira como ele estende as suas respostas e não se aprofunda nos questionamentos, não responde a nada, Sr. Marino.

Quero deixar claro. V. Exa. não esclarece nada! V. Exa. simplesmente enrola!

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Gostaria apenas que nós estabelecêssemos aqui, se é para ter um tempo, todos os Deputados fizeram as perguntas no tempo que quiseram, Deputado Rossoni, inclusive está aqui o Deputado que fez as perguntas no tempo que quis. Acho que estão sendo respondidas as perguntas. Não sei se alguém tem pressa para ir embora ou não. Eu particularmente não tenho e acho que os Deputados estão aqui para ouvir. Agora, não podemos querer que as pessoas que são convidadas para vir, respondam aquilo que queremos ouvir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quem está com a questão de ordem é o Deputado Rossoni! Estou exigindo respeito à minha pessoa!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não dá para o Dr. Marino vir aqui para falar aquilo que os Deputados querem ouvir!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sra. Presidente, o que estou falando aqui é que o Sr. Marino, Superintendente do IBAMA tem que ser mais explicativo, mais didático. Abro mão da minha questão de ordem e concedo a questão de ordem ao Deputado Tadeu Veneri, que é um homem democrata e está falando. Pode falar, Deputado Veneri, a quantia que o senhor quiser e depois vou fazer minha questão de ordem.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Acho que convidamos as pessoas, só que não podem ser agredidas. Não podemos chamar os nossos convidados de enrolões! Isso pelo menos no tempo que estou aqui, Deputado, não aconteceu. Acredito que o senhor é uma pessoa bastante inteligente, tem se pautado por respeitar e ser respeitado por todos! Só estou fazendo essa ponderação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Queria só fazer uma pergunta ao Marino, para fechar, uma última pergunta.

Sr. Marino, vamos acabar com essa folia! Quero convidá-lo para ir a Ponta Grossa, reunir-se com um grupo de pessoas para lá discutirmos o que não foi discutido. Só isso.

(Tumulto no Plenário)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Gostaria que o ilustre palestrante fosse mais didático e rápido nas suas respostas, porque, quando fazemos uma pergunta vem uma teoria - para não dizer enrolão - começa a falar de outras questões, não a questionada. Não vamos chegar a lugar nenhum!

Coloco a questão de ordem para contribuir para o bom debate.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

É preciso que a assessoria da Mesa preste mais atenção no comportamento do Plenário para assessorar V. Exa., porque esse trabalho não pode virar um debate vexatório entre Deputados.

Pergunto: o Dr. Marino foi convidado para falar quanto tempo? Quanto tempo está na tribuna e quanto tempo tem para falar?

A SRA. PRESIDENTE **(Arlete Caramês)**

Gostaria que as perguntas fossem mais objetivas.

Ele foi convidado para o Grande Expediente de trinta minutos e poderá ser prorrogado por mais trinta e cada Deputado tem direito a dez minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN (PMDB) **(Pela Ordem)**

Já se passaram duas horas e estamos aqui num debate!

A Assembléia Legislativa deve constituir uma comissão, ir a Brasília tentar sensibilizar a Ministra, o Presidente, porque esse debate não está levando a coisa nenhuma. Um diz uma coisa e outro diz outra.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Concordo com o Deputado Neivo Beraldin.

Gostaria de saber se o Sr. Marino pode ir a Ponta Grossa e o nosso problema está acabado.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

O Deputado Hermas Brandão ligou-me anteontem e solicitou que aqui eu viesse, no dia de ontem. Eu disse que estava um pouco complicado e ele falou que poderia ser no dia de hoje. Falei para o Deputado Hermas que teria uma viagem para Maringá, onde está sendo inaugurada hoje a primeira indústria de reciclagem de embalagem de agrotóxicos, enfim, mas eu daria um jeito e viria

para cá, sem nenhum problema, porque havia necessidade de ter esse esclarecimento.

Penso que esclareci, dentro do possível. Agora, as coisas não são isoladas, não acontecem por acaso. Por que o Governo quer? Porque o Governo está pensando a longo prazo, assim como a sustentabilidade do País tem que ser a longo prazo; não é uma bolha. Então, é por isso que estamos falando aqui da questão do mosaico.

Às vezes, logicamente, pode não ser agradável a todos, mas eu vim aqui com a maior humildade possível, com a maior tranquilidade possível, para ser o mais transparente possível. Estou aqui também não representando o Marino; estou representando o órgão ambiental federal no Estado do Paraná. Represento a Ministra do Meio Ambiente no Estado.

Então, venho em nome da instituição.

Respondendo aos Deputados, não tem problema nenhum, podemos ir sim fazer essa reunião com os agricultores e com quem mais for...

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)

Que dia?

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Do dia 18 ao dia 22 temos a Semana da Mata Atlântica...

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Tem que ser antes da assinatura do decreto pelo Presidente da República, senão não tem valor nenhum vir a uma reunião. É dia 19, a assinatura.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

A questão da assinatura do decreto pelo Presidente é um processo que pode ser que se dê no dia 18, no dia 19, no dia 20, como pode ser, também, que se dê na Semana do Meio Ambiente. Depende, logicamente, do Palácio do Planalto. Agora, se for para ser depois, na semana do dia 23 em diante, sem nenhum problema, porque aí estaremos também com os nossos técnicos, com as pessoas que foram responsáveis por todos esses levantamentos, e aí, sim, poderemos ter essa conversa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Gostaria de pedir ao Marino, se tivesse condições, para fazer antes, porque já houve essa questão de falta de informação que criou um mal-estar. de repente, você indo lá pode esclarecer. Por exemplo, você falou em mineração e em algumas coisas que tem muita gente que não sabe.

Então, aproveitando a sua boa vontade de vir aqui, de abrir mão de algum compromisso, eu queria pedir-lhe, mais uma vez, como representante do povo de Ponta Grossa, ao lado do Deputado Plauto, que o senhor nos permitisse essa reunião o quanto antes, para evitar que

depois digam: “poxa! Eles não são democráticos como pregavam na campanha!”

Então, vamos conversar, vamos ouvir o pessoal. Pode ter certeza que o senhor vai ser respeitado, tem a minha palavra e a do Deputado Plauto que vamos conduzir com o maior respeito para que o senhor possa colocar suas posições.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Não tenho dúvida disso, porque conheço a hospitalidade do povo de Ponta Grossa e, também, logicamente, dos seus representantes. Agora, estou com essa agenda, porque nos dirigimos com toda equipe já neste final de semana.

Então, do dia 16 até o dia 22, vamos estar mobilizados.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Sr. Marino, gostaria que o senhor acertasse essa questão ao término da Sessão com o Deputado Jocelito e respondesse às perguntas que foram feitas.

Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Marino, represento parte da região de Castro e Carambeí e queria sintetizar o que aconteceu, ontem, aqui em Curitiba.

Vieram quase mil pessoas da região de Castro e Carambeí para ter uma conversa com os assessores do IBAMA e com o Governador. Infelizmente, eles vieram sem a agenda, só que a mobilização que causou isso foi enorme. Hoje, já recebi mais de cem telefonemas da região de Ponta Grossa dizendo que eles vão fazer uma guerra campal, caso seja assinado esse decreto, se não for conversado com os agricultores. Isso é uma coisa muito séria.

O senhor talvez não tenha sido candidato a nada, mas a mobilização que está sendo feita em cima dessa questão é enorme. É uma questão ambiental que respeitamos e queremos o parque funcionando, mas é uma questão de mais de trezentos produtores e não quarenta. Só um desses produtores que veio aqui, emprega 1250 funcionários; é o Dr. Ferdinando, que tem na sua lista.

Por isso, se for assinado esse decreto antes da reunião, faço um pedido, até em nome da Assembléia, para que o senhor tire da pauta do Governo Federal. O senhor tem condições para isso, a bancada federal tem condições, o Paulo Bernardo tem condições de retirar. Posteriormente a assinatura e vamos à discussão, primeiro. Vamos fazer uma equação que seja eficiente ao Governo Federal, que nós também gostamos do meio ambiente, aplaudimos a ação do Governo Federal, só que vai ter uma guerra campal.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Deputado Kielse, gostaria que o senhor colocasse a sua posição no seu horário.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Eu dispenso o meu horário, Presidente. Só para provocar isso, nosso amigo Marino, sei que o senhor é um ambientalista de carteirinha. Eu também sou. Só gostaria de ter este encontro de contas antes que aconteça o pior e tenho certeza que não é o que o senhor deseja.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sr. Marino as respostas por favor.

Gostaria que o senhor fosse bastante objetivo nas respostas também.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Vou tentar ser. Essa é uma dureza de quem é advogado e tem uma mistura com o lado italiano e espanhol. É complicado.

Com relação a tirar da pauta, não são os superintendentes nem do Paraná e nem do Estado de Santa Catarina que têm esse poder. Na realidade, o processo que se desenvolveu, a consulta pública foi realizada e enfim, está na mão agora da Ministra Marina e sua justificativa e encaminhamento para o Presidente da República. É possível que não dê tempo até essa Semana da Mata Atlântica. Pode ser que seja jogado para outra data, mas eu não posso afirmar e nem tenho esse poder para tirar de pauta a reunião. Mas, comprometo-me a estar na semana seguinte, pode ser dia 24 de maio, a estar se reunindo com os nossos representantes lá de Ponta Grossa. Nesse aspecto, aí. A questão dos dados que ficaram sem resposta, com relação a qual foi o contato da equipe que foi até as propriedades.

Todas as propriedades foram, visitadas e ninguém...

(**Interrompido**)

O SR. PLAUTO MIRO GUIMARÃES (PFL)

Não é verdade, Marino! Você está faltando com a verdade ou faltaram com você! Não é verdade isso que você está falando!

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Tenho o relatório que todas foram.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Passe-nos esse relatório! Não é verdade, vocês estão brincando!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente.

Quero pedir o mesmo respeito que o Marino está dando aos Deputados, para que os Deputados não cha-

mem o Marino de mentiroso. O Plauto chamou-o de mentiroso, agora! Isso nós não vamos aceitar!

Portanto, quero respeito também por parte dos Deputados ao Sr. Marino, porque, senão, vão transformar isso aqui em brincadeira.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Peço que se retire das notas taquigráficas expressões “mentiroso”.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sra. Presidente, nós não vamos terminar a Sessão, porque, na verdade, o Marino não quer evoluir na sua exposição. Os questionamentos não são esclarecidos, o Marino, - vou trocar a palavra - está faltando com a verdade! Não está sendo claro e deixo aqui o meu protesto! Não é possível uma Casa passar por esta situação.

Temos aqui centenas de pessoas aguardando votação de projetos e o Sr. Marino não está colaborando com a exposição!

(**Manifestação da Platéia**)

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

É proibido manifestação.

Senhor Marino, gostaria que o senhor fosse bastante objetivo ou encerramos a Sessão.

O SR. MARINO ELÍGIO GONÇALVES

Presidente, eu estou tentando responder.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Ou vamos suspender a sessão por dois minutos para discutirmos.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente.

A senhora, acho que já percebeu que esta Sessão não vai chegar a lugar nenhum.

Então, sugiro-lhe que agradeça a vinda do Dr. Marino e que evidentemente lhe conceda um minuto para que possa encerrar a sua apresentação...

(**Interrompido**)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

De maneira nenhuma!

Pela ordem. Sra. Presidente! Eu estou inscrito, eu quero falar! Quero perguntar ao Dr. Marino porque ele já faltou com a verdade comigo lá em Guaíra, faltou com a verdade com 2500 agricultores que foram desapropriados no Parque Nacional de Ilha Grande que estão morrendo de fome lá e eu não vou permitir que o senhor saia daqui sem ouvir alguma coisa aqui no Plenário da Assembléia!

Eu quero falar também!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, nós vamos correr o risco de acabar com esta Sessão, porque...

(**Interrompido**)

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Vou suspender a Sessão por dois minutos.

(**Está suspensa a Sessão**)

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está reaberta a Sessão.

(**Tumulto nas galerias**)

Eu queria lembrá-los que é proibida a manifestação.

(**Tumulto nas galerias**)

Devido às manifestações nas galerias e sem condições para o seu prosseguimento, a Sra. Presidente invocou os artigos 20 e 109 do Regimento Interno, declarando-a encerrada.

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1322 de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1335 de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1337 de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Prejudicado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 066/2004, 016, 025 e 029/2005.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2004.

REDAÇÃO FINAL - de Projeto de Lei nº 009/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 651/2003, 011, 017, 148, 169, 172 e 193/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 008, 038 e 043/2005.

Levanta-se a Sessão.



042ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2005

(quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin e Plauto Miró Guimarães (08). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se

em viagem representativa os seguintes Srs. Deputados: Delegado Bradock e José Domingos Scarpellini (02).

Abertura da Sessão Ordinária:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em discussão a Ata.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pelo novo Regimento, a Ata não é mais colocada em votação, apenas em discussão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Plauto Miró Guimarães**)

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 12.05.2005.

(a) ELIO RUSCH

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 08 Srs. Deputados.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, solicito verificação de quórum, porque já abriu a Ordem do Dia e é claro e evidente que ficaram só seis ou sete Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pelo novo Regimento, com cinco Deputados é possível continuar a Sessão.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Discussão Única (Proposição)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 066/2004, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 159/2004

Curitiba, 11 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 130/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 503/2003, por julgá-lo, inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o consumo de energia elétrica na zona rural, cujos beneficiários não estejam incluídos em outros programas de isenção, remissão ou gratuidade, poderá ser pago por ocasião da realização da safra ou a cada 04 (quatro) ou 06 (seis) meses.

O projeto de lei em referência não foi acolhido face o adiante transcrito pronunciamento da Companhia Paranaense de Energia e, também, por ter sido considerada inexequível.

“A respeito, cumpre-nos apresentar os esclarecimentos que se seguem:

- Prevê a Constituição Federal que compete à União explorar diretamente ou mediante concessão, os serviços e instalações de energia elétrica (art. 21, inciso XII. “b”) Em consonância com esse preceito específico, atribui também competência privativa à União Federal para legislar sobre a matéria, conforme se conclui do disposto nos artigos 22, inciso IV, e 175, parágrafo único, da Carta Magna.

- Já a partir do Código de Águas, promulgado em 1934 (Decreto nº 24.643, de 10.07.34, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 852, de 11.11.38), e de seus diversos diplomas legais complementares - em especial, quanto à matéria, o regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, aprovado pelo Decreto Federal nº

41.019, de 26.02.57 - a legislação federal disciplina de forma exaustiva a prestação desses serviços, merecendo registro, pela importância, a Lei nº 8.987 de 13.02.95 (Lei de Concessões, que regulamenta o artigo 175 da Constituição Federal), a Lei nº 9.074, de 07.07.95; e a Lei nº 9.427, de 26.12.96 (Lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, "... com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal."

- Através da Lei nº 9.427/96, utilizando-se da competência constitucionalmente atribuída pelo artigo 21, inciso XII, "b", o Presidente da República à época instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplinando o regime das concessões de serviços públicos.

- Essa Agência, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal (artigos 1º e 2º da Lei).

- A COPEL, por sua vez, é concessão de serviço público federal de energia elétrica, por força do ato de autorização - Decreto nº 37.399/55, publicado no Diário Oficial da União de 04.06.55 - do poder concedente: a União Federal e tem sua atuação rigidamente delimitada em legislação específica.

- O artigo 1º do Decreto nº 37.399/55, disciplina que "É concedida à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-Lei nº 938, de 08 de dezembro de 1938, combinado com o Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos, a satisfazer integralmente as exigências do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato".

- A União Federal, como Poder Concedente, através da ANEEL, celebrou com esta Companhia, contrato de concessão para a prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia. Tal contrato contou com a interveniência e anuência do Estado do Paraná, na qualidade de Acionista Controlador desta Concessionária de energia.

- Em sendo a União o Poder Concedente, a regulamentação se orienta pela diretriz de absoluta uniformidade, em nível nacional, das condições a serem observadas pelos concessionários em seu relacionamento com os consumidores. Essa uniformidade é exigência legal que abrange todos os aspectos da prestação e utilização do serviço, desde o valor das tarifas a serem aplicadas a cada uma das classes de usuários, até os direitos desses perante o concessionário, as condições e prazos de atendimento e de pagamento, disposições sobre a conta-

fatura de energia elétrica, sanções por inadimplência e demais pormenores atinentes à matéria.

- Assim, as normas legais a serem observadas e cumpridas por concessionárias de energia como a COPEL, conforme o próprio ato de concessão se refere, são as dispostas no Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, denominado Código de Águas. Cabe assinalar que este Código foi posteriormente e atualmente substituído em boa parte pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 ("dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no artigo 175 da Constituição Federal"), e especialmente as normas expedidas pelo antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, sucedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (instituída pela Lei nº 9.427/96 e Decreto nº 2.335/97), órgãos, cada um ao seu tempo, que tinham e têm por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição, comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

- No tocante ao objeto do Projeto de Lei em questão, cumpre-nos esclarecer que já existe regulamentação acerca da periodicidade de leitura, faturamento e pagamento quanto às faturas de energia elétrica relativamente a todas as classes de consumidores inclusive relativamente ao consumidor rural, a qual se encontra na Resolução ANEEL nº 456, de 29.11.2000. Assim, nenhuma outra disciplina distinta poderá ser implementada, a menos que emanada da própria ANEEL ou do Poder Concedente, a União Federal.

- Diante do acima exposto, torna-se impossível eventual estabelecimento, pelo Estado do Paraná, de legislação acerca da cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural, conforme sugerido no Projeto de Lei, haja vista a competência federal em legislar sobre o assunto e o fato de já haver disciplina no âmbito do Poder Concedente quanto à questão."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 503/2003, encontra-se publicado, no DA nº 059/2004, de 23/06/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 066/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que recebeu veto do Senhor Governador, dá providência com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo

legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, com chamada nominal dos Srs. Deputados.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Plauto Miró Guimarães, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Plauto Miró Guimarães**)

(**Procede chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, antes de fazer a verificação de votação, vou apresentar um requerimento à Mesa, para inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tem procedência o requerimento de V. Exa.

Eu, aguardando o requerimento, mas já colocando-o em votação, e sei que V. Exa. vai pedir verificação de votação - solicito que se faça chamada nominal para que votemos o Requerimento, nº 1355, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Prejudicado.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Mas não precisa fazer chamada nominal, por que? Peço a verificação de votação...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para votação é importante fazer a chamada nominal, Deputado Elio Rusch.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Plauto Miró Guimarães**)

(**Continua chamada nominal**)

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, pedi verificação de votação. Eu também pedi verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Desculpe, não entendi, Deputado Hermes.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

Pedi chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O senhor pediu verificação de votação?

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

É.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pois é, mas nós pedimos que se proceda à chamada nominal para fazer a votação do requerimento colocado pelo Deputado Elio Rusch.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Plauto Miró Guimarães**)

(**Continua chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder a votação do requerimento.

Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Verificação de votação. Não há quórum para votação.

Portanto, não tem possibilidade de continuidade. **Prejudicado o requerimento.**

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 066/2004; 016, 025 e 029/2005.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2004.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 651/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 653/2003; 011, 017, 148, 169, 172 e 193/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 008, 038 e 043/2005.

Levanta-se a Sessão.